

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agilides de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 522-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o protocolado sob o n.º 6888 de 21 de julho de 1973, observado o disposto na Resolução n.º 9466, de 12 de julho de 1973, do Tribunal Superior Eleitoral, e considerando que foram atendidas as exigências legais,

R E S O L V E:

conceder registro aos senhores Emílio Hoffmann Gomes e Jayme Canet Junior para, como candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), aos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, respectivamente, concorrerem as eleições indiretas a realizarem-se em data de 10 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de julho de 1973.

- a) OSWALDO DOS SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 559-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.337-73, de 3 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

colocar a disposição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a funcionária Ema Ely Atanasio Rupp, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, a partir de 12 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 560-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.566-73, de 22 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Noir Pacheco, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 14 de outubro de 1966 e 14 de abril de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 561-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.452-73, de 3 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Gilberto Bittencourt Fontoura, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 562-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.313-73, de 7 de junho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Delta de Almeida Cardoso, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Economista, no Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 15 de dezembro de 1968 e 15 de setembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes ao ano de 1969 e de quinze (15) dias de 1970, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 563-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.476-73, de 12 de junho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Gilberto Lamparelli da Silva, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções

durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 22 de fevereiro de 1965 e igual data de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 564-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o processo protocolado sob o n.º 5.805-73, de 18 de junho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 130, Inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Loizel Ruppel Bittencourt, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de sete (7) anos e três (3) meses, compreendido entre 2 de junho de 1958 e 2 de setembro de 1965, em que prestou serviços à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 565-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o processo protocolado sob o n.º 6.320-73, de 2 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Wilson Kaiel, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 13 de julho de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 566-73

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o processo protocolado sob o n.º 6.768-73, de 17 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Luiz Ruppel Bittencourt, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 23 de junho de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 152.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 29 de Agosto de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Fabiano Braga Côrtes.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armandô Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzzi, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Barariuk, Maurício Frut, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Feli, Quíselo Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domício Scaramella, Ivo Rocha, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Wilson Brandão e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 167-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 165-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, na Vila Operária da Cidade de Maringá, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 168-73.
Levanta-se a Sessão.

**3ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 153.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Agosto de 1973 — (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Frut, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Ivo Rocha, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Wilson Brandão e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem dia 28, de Nilza Maria, membro de conceituada e pioneira família de Vva. Alfredo Dalmina, de Cascavel.

Outrossim solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Iris Caldart.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, a consagração na Ata dos trabalhos de hoje de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje nesta Capital, da Senhora Alga Muggiati de Abreu de tradicional família paranaense.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

aa) — Maurício Frut
Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer voto de profundo pesar pelo falecimento domingo, 26 do corrente mês do jovem Olivar Sachet, ocorrido em Cascavel membro da conceituada e tradicional família de Tranquilo Sachet.

Outrossim, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Iris Caldart.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Zanotto ocorrido na sexta-feira dia 25 do corrente mês.

O sr. João Zanotto era funcionário aposentado da Prefeitura Municipal de Curitiba, onde prestou relevantes serviços, além de participar de inúmeros acontecimentos históricos de nossa Capital e Estado. Um destes fatos foi a construção da Praça Santos Andrade, onde junto com o então Governador Caetano Munhoz da Rocha, efetuou o plantio dos pinheiros que ali se encontram, não só embelezando aquele logradouro mas como símbolos de nosso Estado. Nesta oportunidade foi condecorado pelo Governo do Estado com uma medalha de bronze, que muito o orgulhava.

Ao desaparecer, com mais de noventa anos de idade, deixou viúva D. Margarida Zanotto nove filhos netos, bisnetos e tataranetos todos benquistos e muito estimados na sociedade curitibana.

Ao seu sepultamento, além dos familiares, compareceu grande número de amigos que lhe prestaram a última homenagem. Justo é, que esta Casa também o homenageie registrando o seu nome nos seus Anais históricos, pelos dignificantes feitos do mesmo.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 1973.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário a aprovação de um voto de pesar pelo passamento do sr. Otávio Francisco de Mattos ocorrido em 21 de agosto de 1973, no Município de Pérola d'Oeste neste Estado.

Requer, outrossim, que do presente Requerimento seja dado ciência à viúva do extinto Dna. Matilde Emiliano de Mattos, residente em Pérola d'Oeste, bem como aos seus filhos, sr. Jair de Mattos residente no mesmo Município Sr. Juruce de Mattos, residente no Município de Planalto e Walmor de Mattos com domicílio nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Desaparece com a pessoa de Otávio Francisco de Mattos um dos pioneiros do Sudoeste paranaense.

Homem de hábitos simples e afável, construiu amplo círculo de amigos, fazendo-se credor de respeito e admiração por sua ativa participação na vida da região.

Ocupou a Prefeitura de Clevelândia e integrou o Poder Legislativo do Município. Posteriormente, tornou-se o primeiro Prefeito de Capanema, sendo considerado um dos seus fundadores.

Desta forma, a figura de Otávio Francisco de Mattos, falecido aos 76 anos de idade, deixa de forma destacada o seu nome inscrito na história do Sudoeste paranaense para cuja colonização e desenvolvimento muito contribuiu, razão pela qual, com a presente Proposição pretende o requerente tributar-lhe justa homenagem póstuma.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa requer:

1.º — seja inserto, na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor à Sociedade Árabe-Brasileira Beneficente, com sede e foro nesta cidade de Curitiba Capital do Estado do Paraná, em virtude de estar sendo comemorado 25 (vinte e cinco) anos de atividades dedicadas à filantropia;

2.º — seja, desta decisão dado ciência ao Senhor Doutor Abdo Abage, Digníssimo Presidente da Sociedade Árabe-Brasileira Beneficente, à rua Carlos de Carvalho 364, 1.º andar nesta Capital — Pr.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A sociedade Árabe-Brasileira Beneficente, é entidade que foi fundada há cerca de 25 (vinte e cinco) anos em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, sendo desde então regida por um estatuto que determina o exercício da filantropia como motivo mesmo de sua existência.

Neste mês de agosto em curso é com satisfação que registramos a comemoração de um quarto de século de atividades filantrópicas e assistenciais da entidade, como prova evidente de que com o espírito cristão e o amor ao próximo são impulsos fortes o bastante para fazerem com que os obstáculos maiores sejam superados e prevaleça o mandamento do evangelho e uma plêiade dos que seguem verdadeiramente o espírito cristão, se reuna e some esforços para que os pobres tenham o seu pão e os miseráveis não sejam tão desgraçados. É isto que os dirigentes e associados da Sociedade Árabe-Brasileira Beneficente vem fazendo há vinte e cinco anos, em completo anonimato e num desprendimento material que eleva ainda mais o gesto de amor ao próximo, porque não procura estadear nas manchetes o auxílio prestado, nem espera reconhecimento público pela solidariedade fraternal que sabe dispensar.

Entendo, por isso, ser oportuno que esta Assembléia Legislativa registre, na oportunidade em que a Sociedade Árabe-Brasileira Beneficente comemora seus 25 anos de atividades filantrópicas um voto de louvor à entidade e aos dirigentes e associados, como modo de enfatizar, concretamente o apreço que este Poder Legislativo dedica àqueles atos de beneficência praticados e os aplaude, de público, para fazer justiça ao princípio de solidariedade humana que os inspira.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e, por isso, dar-lhe-ão seu honroso e indispensáveis apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado assinado ao final na forma do que dispõe o Regimento e, ainda do disposto na Constituição Estadual, vem respeitosamente requerer prorrogação de mais 20 (vinte) dias para a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis anomalias nos procedimentos de licitação realizados pelo FUNRESTRAM.

O presente Requerimento fundamenta-se no fato de se encontrar fora do País o Senhor Doutor Marcos Prado, Diretor do Departamento de Trânsito, o que evidentemente, tem dificultado a realização dos trabalhos da Comissão.

Como — segundo algumas notícias alvissareiras o ilustre Diretor Doutor Marcos Prado mais uma vez terá feito a Europa se curvar ante o Brasil, e como fez adormecer sua vocação peripatética, sendo anunciado seu glorioso regresso, espero — Senhor Presidente — que seja deferido o presente pleito isto é evidente, obtido o consenso deste Plenário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente:

A Liderança da Aliança Renovadora Nacional tem a honra de indicar os nobres Deputados Arizone de Araujo e João Fadel para integrarem a Comissão que se entrevistará com o Exmo. Senhor Governador Doutor Emílio Gomes, a fim de tratar problema pertinente à Mensagem que propõe aumento do funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1973.

(a) — Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado ao final assinado, no uso de prerrogativas regimentais, requer à Mesa seja incluído na Pauta da Sessão de amanhã desta Casa o Projeto de Lei, originário de iniciativa governamental, que propõe o aumento de vencimentos do funcionalismo público do Estado. Justifica a providência o fato daquela Proposição encontrar-se em Regime de Urgência, não obstante o que ainda não recebeu parecer do Relator designado.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde Pública da Secretaria deste Poder Legislativo, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, sua designação como Presidente da referida Comissão para participar do Congresso de Hospitais do Estado a realizar-se nos dias 1.º e 2.º do vindouro mês de setembro, no Santa Mônica Club de Praia — Praia de Leste, Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Arizone Araujo

Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo o Deputado subscritor do presente recebido várias denúncias, entre elas uma por escrito e assinada, cuja cópia anexo ao presente, contendo acusações de que fiscais da Diretoria de Rendas Internas vêm exercendo de maneira incorreta suas funções fiscalizadoras, no que diz respeito a tributação do ICM sobre mercadorias em estoque, cujo imposto já foi recolhido, caracterizando-se a ilegalidade da bi-tributação requer, ouvido o Plenário que se encaminha pelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, no sentido de que Sua Excelência determine as providências necessárias para regularizar tal situação.

Requer, ainda, que Sua Excelência de conhecimento a esta Casa das providências tomadas.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

Requer

1.º — seja, da oração proferida pelo Senhor Deputado João Calil Fadel, na sessão realizada em data de 24 do mês em curso, nesta Assembléia Legislativa encaminhada cópia autêntica de inteiro teor ao Exmo. Sr. General Ayrton Pereira Tourinho, Digníssimo Comandante da 5.ª Região Militar;

2.º — seja, da mesma oração, também encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Dr. Emilio Gomes Digníssimo Governador do Estado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o Nobre Deputado João Calil Fadel, em seu discurso pronunciado perante esta Assembléia Legislativa na Sessão que a seu Requerimento, foi dedicada a Semana do Exército, com rara felicidade e perfeito conhecimento do papel histórico do Exército Brasileiro na formação de nossa nacionalidade, sintetizou os reais sentimentos de respeito e consideração que todos os integrantes deste Poder Legislativo devotam à memória de Luis Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias, — o Pacificador.

Realmente, pouquíssimos foram as ocasiões em que, perante o ilustrado Plenário, um Deputado representou com tanta fidelidade e também, porque não dizer-se, com tão elevado grau de eloquência o pensamento do povo do Paraná aqui representado, tornando-se seu pronunciamento de fato e de direito, a projeção fiel da perspectiva com que o Poder Legislativo focaliza a presença das Forças Armadas em geral e particularmente do Exército Brasileiro, pelos seus Chefes mais representativos, na vida pública do País.

Constituindo-se, também o discurso do Nobre Deputado João Calil Fadel em inspirado painel da evolução histórica do Exército Brasileiro e realçando com fidelidade, a integração do mesmo nas lutas do povo pela reafirmação de nossa nacionalidade, tenho por oportuno a remessa de cópias de inteiro teor daquela oração, aos Exmos. Senhores Governador Emilio Gomes e General Ayrton Pereira Tourinho pelo que espero o honroso e indispensável apoio dos Nobres Deputados ao presente Requerimento.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 189-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Distrito de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome no Município de Corbélia, Comarca de Cascavel, Estado do Paraná com as divisas seguintes: — começa na foz do Rio Sapucaí no rio Piquiri subindo este até a foz do rio Tourinho, donde sobe o rio Tourinho até encontrar a sanga de José Stoker e desta por linha seca, até encontrar o rio Bonito e, descendo até encontrar o rio Piquirizinho e por este até sua foz no rio Sapucaí donde desce até sua foz no rio Piquiri.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA

A localidade de Braganey, encravada no Município de Corbélia, Comarca de Cascavel, de há muito apresenta vida própria.

Apresentando núcleo residencial com aproximadamente quatrocentas residências e constituindo-se em localidade eminentemente agrícola tem contribuído de forma eficaz não só para o desenvolvimento do Município de Corbélia, mas como também para o consequente desenvolvimento e progresso de toda aquela região.

Através do plantio de culturas das mais diversificadas e procuradas no presente momento, podemos destacar que ali se processam com raro êxito o plantio de arroz, trigo, milho; soja e café.

Contudo não somente a agricultura constitui a base de divisas daquela localidade mas também a pecuária.

Como acontece em toda região em franco desenvolvimento, em torno das principais fontes de divisas, formam-se e processam-se outras atividades, permitindo desta forma a ampliação de mercado de trabalho para a população daquela região.

Dentro desta expansão de mercado de trabalho, para mão de obra especializada, deve-se ressaltar ali a existência de cinco serrarias que abrigam uma média de aproximadamente 10 operários cada uma; cinco máquinas para beneficiamento de arroz; três carpintarias; três oficinas mecânicas, dois postos de gasolina; sacador de cereais com capacidade para aproximadamente 500 sacas diárias.

Braganey, apresenta ainda condições de conforto não somente para sua população mas também para quem para lá tem a necessidade de dirigir-se, apresentando atualmente dois hotéis em alvenaria com dois pavimentos, casas comerciais atacadistas, padarias; farmácia; cinema; igrejas de diferentes cultos religiosos, compradores de cereais; automóveis de aluguel, horários previstos de linhas de ônibus campos para prática de esportes.

Para se ter uma noção mais ampla do desenvolvimento daquela região, cabe aqui salientarmos que sua população em idade escolar é de aproximadamente 850 crianças, número este bastante significativo, sendo que destas, 700 frequentam o curso primário e o restante o curso ginasial.

Dentro dos ditames exigidos para que aquela localidade possa ser em futuro bem próximo distrito judiciário do Município de Corbélia conforme o

exigido já foram destacadas áreas destinadas e doadas para a implantação das seguintes benfeitorias: 1) — área de 1 quadra de 8.000,00m², para a Prefeitura Municipal; 2) — área de 1 quadra de 8.000,00m² para abrigar o Grupo Escolar; 3) — área de 1 quadra 8.000m² para a Igreja Católica; 4) — área de 1.000m² — destinada à Delegacia de Polícia; 5) — área de 1.000m², destinada à Casa Rural; 6 — área de 1.000m², destinada a Construção de um Hospital; 7) — área de 2.000m², destinada ao colégio de irmãs de caridade; 8) — área de 8.000m² destinada ao Cemitério da localidade; 9) — área de 8.000 m², destinada à construção da praça de esportes, Estádio Euclides Correa, todas previamente determinadas e demarcadas na planta anexa.

Em face de tudo que aqui foi exposto acreditamos, que nenhum dos membros desta Casa de Leis poderá ser contrário ao Presente Plano de Lei, mais a provação do mesmo constituirá caráter de justiça e reconhecimento ao trabalho do povo daquela localidade, servindo ainda de incentivo a que novas realizações venham a ocorrer e desenvolver-se naquela região, para o engrandecimento e afirmação cada vez mais daquela região no âmbito do Estado do Paraná.

Projeto de Lei n.º 190-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de multa e correção monetária, o pagamento das mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, junto a Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado, concedendo-lhes, inclusive parcelamento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1973.

(a) — Antonio Costa.

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto tem por finalidade resolver um dos problemas cruciantes da nobre classe dos Serventuários da Justiça do Paraná, as alterações dos textos legais que alicerçavam a cobrança das mensalidades, o não atendimento do I.P.E. nas respectivas Comarcas no que concerne a essa mensalidade, o não conhecimento dos dispositivos legais por parte de muitos dos serventuários, são algumas razões que levará ao atual estado as mensalidades atrasadas, algumas desde 1.964 cujo valor na época era por exemplo de Cr\$ 6,85 e atualmente a correção monetária elevou a Cr\$ 25,09. Alguns serventuários estão em débito com a Carteira de Pensões em montantes elevadíssimos sem condições a curto ou médio prazo saldar essas obrigações. Encontrar-se-ia assim, um denominador comum, com a não incidência de multa a correção monetária sobre esses atrasados o que não alteraria a situação financeira do poderoso I.P.E. Ressalte-se que a medida inicial para a regularização foi tomada pela própria Associação dos Serventuários da Justiça conforme comprova expediente oriundo desta Casa Legislativa.

Assim, nobres Deputados, submeto à apreciação de Vossas Excelências o presente Anteprojeto, ciente de estar pleiteando algo justo e humano à laboriosa classe dos Serventuários.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna para encaminhar um Requerimento em forma de apelo ao Sr. Governador do Estado. Gostaríamos srs. Deputados, que além da aprovação que por certo acontecerá, que toda a Casa subscrisse este nosso Requerimento, por tratar-se de um assunto seríssimo.

Na justificativa, digo ao Sr. Governador, o seguinte:

(Lê): "O mundo de hoje enfrenta um futuro obscurecido pelo uso cada vez mais abusivo de entorpecentes aparecendo os traficantes de drogas como destruidores de incontáveis vidas humanas. Aqui no Brasil, o Diretor de Departamento de Polícia Federal, General Nilo Caneppe, tem afirmado que "o consumo de tóxicos vem se espalhando de forma alarmante no País, trazendo grave advertência social e determinando preocupações com o próprio destino da Nação".

Seria extenso discutir em profundidade as motivantes da expansão da toxicomania em nossa era e em nosso meio. A questão envolve um complexo de indagações sociais de desequilíbrios de relações do indivíduo com o meio, e do jovem com as gerações que lhe legara, um mundo contraditório e angustiante. O tóxico está na raiz da delinquência, e a toxicomania, antes restrita ao ambiente marginal, ou as elites boêmias atinge agora a classe média e a grande massa da juventude.

Aqui no Paraná, em recente pronunciamento pela Televisão Iguaçu, que se tem empenhado bravamente em esclarecer a opinião pública sobre o problema dos tóxicos, um médico psiquiatra fez revelações estardalhaçadas. Sobre a quarenta mil o número de viciados no Paraná, e a vinte mil os de Curitiba, sendo a maioria adolescentes entre doze e dezoito anos de idade. É um quadro alarmante porque em expansão acelerada.

Sendo o tráfico organizado de drogas um negócio internacional, vê-se a criação, no Brasil de um mercado altamente lucrativo. Hoje, os Estados Unidos desenvolvem em seu território uma campanha de repressão ao tráfico na qual foram gastos no ano passado, mais de dois bilhões de dólares. Acoados em seu maior reduto, atraídos pelas condições de desenvolvimento econômico do Brasil, País de amplas fronteiras e litoral despoliciado mudam-se para cá os donos das conexões internacionais dos tóxicos, fato já alertado pela ONU.

Nesse quadro, e em consequência de suas fronteiras com Argentina e Paraguai, é o Paraná um centro de polarização importante nesse comércio da loucura, e sofre desde já as consequências de um alto índice de toxicomania, favorecido pela facilidade de ingresso de drogas pelas fronteiras secas e — infelizmente — pela precariedade de prevenção e combate.

Assim, é objeto deste apelo, a tomada de consciência por parte do Poder Público Estadual para a gravidade do problema e a necessidade de providências urgentes. A recomendação genérica é de impiedade com o tráfico, e compreensão com o toxicômano, este entendido como vítima e enfermo. Circunscreto, porém, o interesse pelo consumidor de drogas à área médica, deve o maior esforço do Poder Público orientar-se para a prevenção e combate ao tráfico, através de uma organização policial implacável.

Só recentemente foi a atual Delegacia de Entorpecentes desmembrada da Delegacia de Costumes do Paraná, implicando a autonomia em mera modifi-

dição de Líder do Governo, vincula-se a fatos alviçareiros em que vive o Paraná e que traz sintomas de um futuro promissor.

Como Líder do Governo, devo afirmar que este futuro promissor está representado pelos sintomas seguintes:

A paz política e o clima de otimismo quanto à administração estadual. Verdade que o clima de paz resulta em fatos de uma administração tranqüila, e o otimismo acabará com a atmosfera de expectativa e intranquilidade que infelizmente conheço e que caracterizou o passado de todos os paranaenses. Esse clima de certeza administrativa alicerçado na paz política, não tem outra razão senão o acerto da escolha de Emílio Gomes para a chefia do Executivo Paranaense que se traduz na confiança reinante nos mais remotos rincões da terra paranaense.

Esta confiança na administração que além do alicerce já apontado, encontra eco não só nas hostes arenistas, mas atinge a todos indistintamente, inclusive militantes do Partido da Oposição.

O Deputado Federal Antônio Anibelli, também representante da Região do Sudoeste paranaense, parlamentar de tantas lutas pintou, eu quero crer, com incomum clareza o retrato de Emílio Gomes, e prognosticou uma administração frutífera, já que é Deputado, representante do Partido da Oposição.

Num pronunciamento à Câmara Federal o parlamentar emedebista, entre outras afirmações, disse:

"Pelo seu amor à terra das Araucárias, pela sua dedicação ao povo paranaense, demonstrou em três Legislaturas no Congresso Nacional, Emílio Gomes, aquilo que tanto admiramos nos homens de simplicidade, trabalho e dinamismo".

Proseguiu: "O parlamentar Emílio Gomes, que pelo seu equilíbrio, pela sua inteligência, pelo seu bom senso, e pelo seu espírito público há de dar ao povo do Estado do Paraná, trabalho, dedicação, procurando promovê-lo para a sua destinação histórica".

Conhecendo o eminente Deputado Antônio Anibelli, o seu espírito de luta, sua formação, só podemos ver, nestas palavras, uma sinceridade em um pronunciamento de um homem que faz justiça sem visar bajulações ou favores, que não é de sua formação, nem de seu feito político.

Dizia no início que efetivamente reina um clima de otimismo e confiança na administração Emílio Gomes. Não é somente a ARENA que confia, mas também a Oposição que se mostra esperançosa por um de seus porta-vozes. A Democracia é de fato um regime maravilhoso. Ontem assistimos, nesta Casa, acusações contra o Governo do Estado (Refiro-me a um Deputado da Oposição) atribuía-se ao Governo estadual e diretamente ao titular da Pasta Política, de estar aliciando Prefeitos interioranos do MDB para o Partido da situação.

Diante do que acima expusmos, cremos que houve total inversão de valores. Não se trata de aliciar, não se trata de convidar, não se trata de outra coisa, senão a intenção de um Prefeito do Interior traduzir na prática a confiança que deposita na administração Emílio Gomes. Percebeu ele que dentro da Arena poderá creditar-se dos acertos e das medidas administrativas que não só o Governador do Estado mas também o Governo Revolucionário vem adotando e implantando neste País. Entendeu o Prefeito Municipal que ambos os Partidos são abertos e dentro daquilo que lhe ditar a consciência e a visão dos problemas, ele optou pela Aliança Renovadora Nacional.

A decisão do Prefeito foi comunicar e como somos um Partido aberto, para quantos desejam ingressar, aceitamos aquela deliberação que é uma manifestação da Democracia e não uma imposição. Nós da Arena interpretamos como um fato natural, como fizemos, há poucas semanas, quando soubemos que um Emedebista, ex-Presidente do Diretório Municipal do MDB, de Araucária, foi escolhido pelo Presidente da República e nomeado pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, para vir a ser Prefeito de um Município da Área de Segurança Nacional, do Município de Santa Helena. Refiro-me ao Sr. Antonio Francisco Muniz, que nunca negou suas origens de homem da Oposição. E o que é mais sério no meu entender, não foi eleito pelo voto direto dos municípios, mas escolhido por ser considerado capaz pelo Presidente da República, nomeado pelo Governador do Estado, para vir a ser Prefeito Interventor de um Município da Área de Segurança Nacional.

Estou trazendo ao conhecimento da Casa para que a opinião pública do Paraná saiba que isto ocorre no Paraná, com o consentimento de S. Exa. o Sr. Presidente da República, para que não se tome ao pé da letra, as acusações que se pretende fazer de um clima de terror.

Poderia também afirmar que não é fato novo, Prefeitos mudarem de Partido; não é inovação, como se pretende mencionar, do atual titular da pasta política. Dr. Octávio Cesário Pereira Junior, há poucos meses, quando a Secretaria do Interior e Justiça tinha como seu titular um político que por tantas legislaturas passou por aqui, um democrata autêntico, um homem que nós aprendemos a admirar, o Dr. Mário Faraco. Também, um Prefeito Municipal de Catanduvas deixou o seu Partido e ingressou na Arena.

Sabemos que outros Prefeitos do MDB pretendem também ingressar na ARENA. O Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior, que admiro tanto, que mantenho com ele uma amizade de longa data, que pretendi a admitir-lo pela sua combatividade, pelo seu acendrado amor à Democracia, ele sabe que ao dizer isto, estou sendo sincero; ele que conhece a política da nossa Região, haverá de procurar entender o por que de um Prefeito do MDB procurar muitas vezes um Deputado da Arena e afirmar a este Deputado:

"Deputado, procure vencer as eleições em meu Município porque tendo V. Exa. a liderança na área municipal das coisas estaduais, confiamos em que V. Exa. saberá nos dar a tranqüilidade de que tanto necessitamos para bem administrar o Município". Quando aquele Prefeito muitas vezes não tem diálogo com o Prefeito da ARENA que escolhe o Delegado de Polícia, que designa a Diretoria do Grupo Escolar, que indica a Inspeção auxiliar de ensino, que indica à consideração das autoridades estaduais os nomes dos sub-delegados, dos Juizes de Paz ou dos responsáveis pela manutenção da ordem...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao Deputado que restam cinco minutos para terminar sua oração.

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Parece que V. Exa. está confessando aquilo que sempre se rogou neste Estado. Que existe o que se chama de "comando político" e o Deputado tem o poder de nomear Diretoras de Ginásios, de nomear Delegados de Polícia, quando entendíamos que isto era faculdade do Sr. Governador do Estado. Abrir mão desta faculdade é transformar a autoridade governamental em um condomínio onde quem sai perdendo é a própria

autoridade do Governador do Estado. V. Exa. acaba de admitir a existência daquilo que tanto temos combatido, que é o chamado sistema de "comando político" em nosso Estado. Aliás, digo a V. Exa. que tive a oportunidade de ter em mãos a carta de um Sr. Deputado dirigindo-se ao Governador do Estado em termos de comando político no Município a que pertengo e no qual fui um dos mais votados. Consegui obter o xerox de uma carta destas que guardo como recordação. Sempre foi negada a existência de comandos políticos e hoje possuo uma carta com a assinatura de um parlamentar do Partido de V. Exa..

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Antes de dar o aparte, que concederei com muita honra ao Deputado Alvaro Dias, pediria licença ao Deputado Paulo Poli para usar uma expressão toda sua: "Não se contesta o óbvio". Pretender que o Sr. Governador do Estado vá ao interior para conhecer todos os municípios de uma comuna para saber quem tem condições para exercer com dignidade e altivez o cargo de Delegado de Polícia, de sub-Delegado, de Juiz de Paz, é pretender que o Governador seja um homem presente. Ou o Governador do Estado confia em seus companheiros de Partido, nos representantes do povo para ouvir deles e receber deles a indicação dos mais capazes para cargos de administração ou então o Governador corre o risco de ter que ouvir os homens da Oposição a indicarem os responsáveis para cargos públicos nas comunas interioranas.

Daí então talvez a oposição estaria aplaudindo as indicações, os acertos.

Mas nunca um Deputado, quando indica alguém para determinado cargo, deixa de cumprir as disposições que as próprias Secretarias de Estado impõem. Para Diretora de Grupo Escolar, condições de escolaridade, capacidade administrativa. Condições para exercer um cargo de Delegado de Polícia, para que o cidadão possa receber ou ter a confiança de sua população.

Quero afirmar que não é novidade no Estado do Paraná. Já se fazia nos idos de Moysés Lupion; continuou-se com Bento Munhoz da Rocha, com Ney Braga, com Paulo Pimentel, com Parigot de Souza e não haveria de ser hoje que iríamos mudar as regras do jogo, pretendendo desprestigiar os representantes de seus Municípios, tirando deles o direito de dizer ao Governador do Estado: "este é bom ou este não serve para exercer uma função". Quem seriam os informantes? Em que deveria o Governador confiar? "Pretender que os Secretários de Estado estejam nos duzentos e oitenta e tantos Municípios do Paraná para conhecer os homens que devem ocupar os cargos tão insignificantes como de Juiz de Paz, de Delegados, para, depois, dizer se pode ou não nomeá-los. Isso é pretender alijar a classe política do processo administrativo. Entendo como válida as tentativas implantadas no Estado, mesmo porque não há outra. E quando combatem esse sistema, devo dizer que, até hoje, ninguém se lembrou de sugerir outra forma capaz de substituir essa. Concedo aparte ao Nobre Deputado Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias — Quero agradecer o aparte que V. Exa. me concede.

Mas, solicitei, por três vezes, aparte em seu discurso, e V. Exa. não me concedeu. Agora, está se esgotando o tempo permitido a V. Exa.. Então, peço minha inscrição para amanhã, no Grande Expediente, quando abordarei o assunto que V. Exa. está abordando neste instante. E concederei tantos apartes quantos V. Exa. me solicitar.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. tem o restante do tempo que me cabe para seu aparte.

O Sr. Alvaro Dias — Restam apenas dois minutos.

O SR. IVO TOMAZONI — Mas, dois minutos é o tempo suficiente, nos termos regimentais, para um aparte conciso e respeitoso.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, acompanhei o discurso de V. Exa.. E em que pese a sua ilustração e a maneira ponderada com que V. Exa. sempre se conduz na Tribuna, permita-me deixar uma breve contestação, com todo o respeito que V. Exa., merece, porque V. Exa. traçou paralelos que não são paralelos porque nada têm a ver com a indicação feita pelo Sr. Presidente da República de um elemento que pertenceu ao MDB, e que é o antigo Ministro da Agricultura. Sr. Cirne Lima, com aquilo que estamos dizendo. Nós estamos contestando uma prática de fatos e de atos que V. Exa. está defendendo. V. Exa. diz que desde o Governador Moysés Lupion se procedeu assim.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu disse que sempre se fez indicação de homens para pastas de responsabilidade, na área municipal, através do Diretório do prefeito e nos deputados, pois que nestes repousa aquilo que a população solicita já que são membros de Partido, eleitos por aquela parcela do povo.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. está defendendo a valorização da classe política com esse procedimento V. Exa. me perdoe se entendi mal, se entendi que V. Exa. acha que esse procedimento é a valorização da classe política. Mas, eu entendo justamente ao contrário, acho esse modo de proceder avesso aos interesses da própria comunidade, porque muitas destas não estão satisfeitas com seus delegados, inspetores de quarteirões, etc.

O SR. IVO TOMAZONI — Se V. Exa. quiser, darei um quadro estatístico do número de delegados que são afastados de seus postos a pedido da população. Qualquer irregularidade verificada e denunciada contra esses delegados, inspetores de quarteirão etc., são os mesmos imediatamente afastados de seus cargos, e isso prova que o Governo quer a manutenção do clima de ordem de tranqüilidade, de paz social que o Estado vem vivendo hoje, no Paraná.

O Sr. Muggiati Filho — É por isto que sustentamos que esta atribuição, sob o aspecto da segurança, que é importantíssimo no Estado porque é a segurança da própria população tem que ficar. Esta segurança deve permanecer com a Pasta de Segurança, porque isto não é atribuição do Governador do Estado. Este trabalho tem que ficar com a Pasta de Segurança, trabalho este que é verificado em muitos Municípios, reconheço. Inclusive é o caso de Arapongas. Existe um Delegado de Polícia, ali colocado sem influência política, mesmo contrariando os interesses políticos da própria ARENA local. Criou-se naquele Município uma situação tal que o Estado entendeu e reconheci isto da Tribuna...

O SR. IVO TOMAZONI — É uma prova que o Governo vem agindo bem.

O Sr. Muggiati Filho — O Governo agiu bem.

O SR. IVO TOMAZONI — Perfeitamente não só em Arapongas como em tantos outros Municípios.

O Sr. Muggiati Filho — Entre o Governo agir bem, entre a Oposição reconhecer que o Governo agiu bem, entre se convidar elementos da Oposição para participar do Governo, respeitando sua condição que não é tratada no

caso como homem de Partido, porque não vai ser ali um homem de Partido, porque o Governo não está no Governo para exercer política partidária mas para administrar, representar o povo, atender o povo...

O SR. IVO TOMAZONI — É o que o atual Governo está fazendo.

O sr. Muggiati Filho — Não poderemos concordar com V. Exa. quando diz que essas atribuições divididas entre lideranças políticas, muitas vezes facciosas...

O SR. IVO TOMAZONI — Porque facciosas? Quando da ARENA são facciosas, quando do MDB não.

O sr. Muggiati Filho — ... muitas vezes, não estou dizendo de um modo geral, tem levado a classe política não ao seu prestígio mas reduzido como grupo de poder, a zero. É o que diz a estatística. Por isto discordo que devemos seguir este método. Acho que a classe política se valorizaria muito mais pela afirmação da verdade existente nos Municípios pela crítica que se faça, porque não é pelo fato de pertencer à Aliança Renovadora Nacional que deixa de ocupar a Tribuna para apontar o comprometimento do Governo do Estado através de um mau Delegado de Polícia.

O SR. IVO TOMAZONI — Quantas vezes isto aconteceu. Agradeço o seu aparte. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEN DO DIA,
com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos srs. Deputados:

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 47-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 211-72, que aprova Convenio celebrado entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 170-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Vila Iolanda Município de Ubatã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 49-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 1-73, que aprova Convenio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administração. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 49-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do sistema estadual de planejamento, orçamento e modernização administrativa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

as. Ilegível — Presidente

as. Ilegível — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER A PROPOSIÇÃO N. 1-73

1 — A presente Proposição, oriunda de Mensagem Governamental n.º 73-72 encaminhando cópia de Convenio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, visa a implantação do sistema estadual de planejamento, orçamento e modernização administrativa.

2 — A Proposição é perfeitamente justa e oportuna, sem qualquer impedimento de ordem constitucional e legal, estando em condições de ser aprovada pela Casa. O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

as. Ilegível — Presidente

as. Ilegível — Relator

MENSAGEM 73-72

Curitiba, 26 de dezembro de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, visando a implantação do sistema estadual de planejamento, orçamento e modernização administrativa.

O interesse público na aprovação da medida submetida a apreciação desta Egrégia Assembleia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N. CAPITAL.

Convenio de cooperação técnica e financeira que entre si celebram, de um lado, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e do outro o Governo do Estado do Paraná, visando a implantação do sistema estadual de planejamento, orçamento e modernização administrativa.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, doravante denominado

MPCG, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado João Paulo dos Reis Velloso, e o Governo do Estado do Paraná, doravante denominado ESTADO, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza considerando a importância da integração de ações entre o Governo Federal e o ESTADO com vistas a plena consecução dos objetivos constantes do I Plano Nacional de Desenvolvimento e do programa de governo do ESTADO, consubstanciado no documento Diagnóstico e Diretrizes de Ação, bem como a necessidade de dotar o ESTADO de sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa, de acordo com as diretrizes definidas pelo Decreto-Lei n.º 200 de 25 de fevereiro de 1967, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 900, de 29 de setembro de 1969, 991 de 21 de outubro de 1969 e 1093 de 17 de março de 1970, resolvem estabelecer o presente convenio de cooperação técnica e financeira regido pelas seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Convenio a formulação e implantação pelo ESTADO de sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa, para o que o MPCG prestará ampla cooperação técnica financeira. CLÁUSULA SEGUNDA: A cooperação técnica e financeira do MPCG ao ESTADO deverá efetuar-se: I — na realização de diagnóstico da situação administrativa do ESTADO e elaboração dos termos de referência do projeto de modernização administrativa a ser executado; II — na formulação e implantação do sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa do Estado; III — no programa de formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários ao sistema estadual de planejamento, orçamento e modernização administrativa; IV — na modernização dos subsistemas de administração de pessoal e de material, especialmente na implantação de cadastro de pessoal e no aperfeiçoamento da administração dos suprimentos do Estado; V — na formulação e implantação de programas de modernização administrativa dos setores prioritários definidos a partir do diagnóstico de que trata o item I, supra. CLÁUSULA TERCEIRA: A cooperação técnica a que se refere a Cláusula anterior deverá ser coordenada pela Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM), que para tanto deverá mobilizar os diversos órgãos do MPCG, especialmente as Secretarias de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR) e de Orçamento e Finanças (SOF) e a Assessoria de Recursos Humanos (ARH) do MPCG. CLÁUSULA QUARTA: A cooperação financeira por parte do MPCG deverá efetivar-se mediante a transferência ao Estado da importância de Cr\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzeiros), cuja liberação far-se-á mediante aprovação pelo MPCG de plano de aplicação a ser apresentado pelo Estado, nas seguintes parcelas: a) Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) no exercício financeiro de 1972; b) Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) no exercício financeiro de 1973; e c) Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) no exercício financeiro de 1974. Parágrafo único — As prestações de contas das parcelas de recursos a que se refere esta Cláusula deverão ser encaminhadas à Inspetoria Geral de Finanças (IGF) do MPCG até o dia 30 de abril do exercício financeiro seguinte ao de cada liberação. CLÁUSULA SEGUNDA: O Estado, por força do presente Convenio, compromete-se a: I — apresentar ao MPCG, conjuntamente com os planos de aplicação a que se refere a Cláusula anterior os termos de referência dos projetos e atividades objeto deste convenio; II — destinar aos projetos e atividades referidas, equipes técnicas próprias ou contratadas, de reconhecida capacidade profissional; III — complementar os recursos financeiros transferidos pelo MPCG ao Estado de modo a assegurar a plena execução deste Convenio; IV — propiciar o necessário apoio administrativo à execução dos projetos e atividades decorrentes deste Convenio; V — divulgar pelos meios usuais de comunicação, quando julgado oportuno pelo MPCG, a colaboração por este prestada em decorrência deste Convenio. CLÁUSULA SEXTA: A execução deste Convenio pelo Estado deverá ser coordenada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, que deverá para tanto mobilizar recursos materiais e humanos dos diversos órgãos do Estado, e contratar sempre que necessário, técnicos de reconhecida idoneidade, sempre que possível recrutados de entidades especializadas ou instituições universitárias do Estado do Paraná. CLÁUSULA SETIMA: O presente Convenio vigorará a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 1974 podendo ser modificado ou prorrogado mediante Termos Aditivos. CLÁUSULA OITAVA: O MPCG e o Estado poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão total ou parcial deste Convenio, se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas e condições ou motivo de força maior ficando assegurada, nesta hipótese a devolução ao Governo Federal dos saldos dos recursos financeiros referidos na Cláusula Quarta, em poder do Estado. E, por estarem justos e de comum acordo, lavrou-se o presente Convenio assinado pelas partes convenientes na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Curitiba,

João Paulo dos Reis Velloso

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

TESTEMUNHAS:

as. Ilegível

as. Ilegível

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 49-73

AUTOR: Comissão de Constituição e Justiça

SUMULA: Aprova convenio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa.

PARECER

Firmar convenio é da competência do Governo do Estado. A matéria já devidamente aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, não fere dispositivo de ordem financeira.

Trata-se de mera autorização legislativa, razão pela qual somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

as. Ilegível — Presidente

as. Ilegível — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 133-72, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Grandes Rios e Faxinal passando pela Cidade de Rosário. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

Projeto de Lei n.º 133-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem — DER, — para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Grandes Rios ao Município de Faxinal, passando pela cidade Rosário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1972.

Deputado João Mansur

Líder do Governo e Arena

JUSTIFICATIVA:

Sendo uma aspiração do povo daquela região, justo é o referido Plano de Lei, que vem sobremaneira, beneficiar dois grandes Municípios Grandes Rios e Faxinal e a prospera cidade de Rosário.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 133-72

Pelo caráter meramente autorizativo nenhum obstáculo de ordem legal ou constitucional se contrapõe ao Projeto.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões em 29.11.72

(aa) Santos Lima — Relator

Carazzai Neto

Maurício Fruct

Candido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Armando Queiroz

Ovidio Franzoni

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 133-72

AUTOR: Deputado João Mansur

Súmula: Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER a estrada que liga os Municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela cidade de Rosário.

PARECER:

O presente Projeto de Lei vem devidamente instruído tudo de acordo com o que determina o Regimento Interno.

No que tange a nossa competência para opinar não encontramos qualquer óbice pois o mesmo não fere qualquer dispositivo de ordem financeira, razão pela qual nosso parecer é pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.4.73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 133-72

1 — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado João Mansur visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o Município de Grandes Rios ao Município de Faxinal, passando pela cidade de Rosário.

2 — Referida proposição já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito, que cabe examinarmos nesta Comissão, parece-nos justo que se transfira àquele Departamento a responsabilidade de conservar e melhorar as condições da referida estrada, razão pela qual somos favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de 05 de 1973.

BORSARI NETO — Presidente

ARTHUR DE SOUZA — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 9-73, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga a Cidade de Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 9-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

SÚMULA: Transfere para a responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca, em um trecho aproximado de 20 quilômetros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1973

Dep. David Federmann

JUSTIFICATIVA

A presente lei tem por objetivo propiciar melhores condições de tráfego à estrada municipal que liga a cidade de Ponta Grossa ao importante centro produtor de minérios, com uma extensão aproximada de 20 quilômetros entre aquela cidade e o Distrito de Itaiacoca.

A estrada existente tem um tráfego cada vez mais intenso devido não só a produção agrícola, como também o volume de produção de minérios.

Pelo exposto, submetemos à apreciação e deliberação dos ilustres senhores Deputados, o presente projeto de lei, acreditamos na sua aprovação pois representa reivindicações das mais justas e oportunas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 9-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o ilustre Deputado David Federmann, a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca, numa extensão aproximada de 20 quilômetros.

2 — O projeto em tela se nos afigura oportuna e necessária, dadas as razões apresentadas pelo seu autor, na justificação do mesmo, pois dotará de condições técnicas a estrada que liga a cidade de Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca.

3 — Face ao exposto, somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 9-73

I — Para fins de parecer, vem a esta Comissão a presente proposição que autoriza o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação e melhoria da estrada que liga Ponta Grossa ao distrito de Itaiacoca.

II — A justificativa apontada é convincente e, do ponto de vista financeiro, o objetivo do projeto é viável. Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 24-4-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 9-73

1 — Com o presente projeto de lei, visa o nobre Deputado David Federmann, a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca, numa extensão aproximada de 20 quilômetros.

2 — Referida proposição, que ora examinamos nesta Comissão, já mereceu das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, pareceres favoráveis.

3 — Quanto ao mérito e oportunidade do presente projeto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1973

Borsari Netto — Presidente

Antonio Belinati — Arthur de Souza — Relatores

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33-73, encaminhando anteprojeto de lei que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de área de terreno com antigas edificações, situado nas ruas Emiliano Pernetta esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

MENSAGEM

33-73

Curitiba, 28 de março de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a alienar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de uma área de 1.169,00 m² (mil cento e sessenta e nove metros quadrados), com antigas edificações, fazendo frente para a rua Emiliano Pernetta, esquina com a rua Desembargador Westphalen, nesta Capital e com as dimensões e confrontações que especifica.

O imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe a essa Augusta Assembléia Legislativa é o que durante longo espaço de tempo foi ocupado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, Pasta essa que hoje funciona em prédio próprio, recentemente inaugurado.

Através do Departamento do Patrimônio do Estado foram realizados estudos relativamente à possibilidade de reforma e adaptação do antigo prédio das instalações da STAS, a fim de que o mesmo pudesse sediar outra Repartição Pública. Entretanto, as conclusões de tais estudos foram no sentido da alienação do referido imóvel, tendo em vista que, por tratar-se de edificação completamente obsoleta, sua reforma seria antieconômica e desaconselhável. Por outro lado, sendo o questionado imóvel localizado na parte central da cidade e por isso de valor bastante elevado, a alienação consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, com os recursos advindos, poderão ser adquiridos novas e maiores áreas junto ao Centro Cívico, local indiscutivelmente mais adequado para edificações destinadas a sediar órgãos estaduais.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pelos terrenos de forma irregular, medindo 36,40 metros de frente para a rua Emiliano Pernetta, fazendo esquina com a rua Desembargador Westphalen, onde medem 49,00 metros, com a área total de 1.169,00 metros quadrados, aproximadamente, nesta Capital, contendo dois prédios em alvenaria de tijolos, de construção antiga, adquiridos conforme transcrições n.ºs. de ordem 14.044, 14.045 e 17.165 do livro "3-J" de transcrições das Transmissões da 5.a Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 48-73

PARECER

O Poder Executivo, por intermédio da Mensagem n.º 33-73, solicita autorização desta Casa para alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de terreno com antigas edificações, situado na Rua Emiliano Pernetta, esquina com a Rua Desembargador Westphalen, nesta Capital.

Nesta Comissão, tendo em vista a necessidade de esclarecer a procedência do citado imóvel, requeri a juntada do processo de certidões das transcrições n.ºs. 14.044, 14.045 e 14.165, do Livro 3-J, da 5.ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Capital, o que se cumpriu integralmente.

Do exame dos documentos acima destacados e das razões invocadas na Mensagem, verifica-se que a operação pretendida é pertinente.

A matéria é de competência concorrente e se ajusta aos permissivos constitucionais vigentes.

Formalmente, está a matéria adequada às exigências do Regimento Interno.

Face ao exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 48-73.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 48-73

SÚMULA: "Projeto de Lei n.º 48-73 — Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de uma área de 1.169,00 metros quadrados (hum mil, cento e sessenta e nove) metros quadrados, com antigas edificações fazendo frente para a rua Emiliano Pernetta, esquina com a rua Desembargador Westphalen, nesta Capital, com as dimensões e confrontações que especifica". Mensagem Governamental n.º 33-73, de 28.03.73.

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 48-73, oriundo de Mensagem Governamental n.º 33-73, de 28 de março de 1973, que autoriza o Poder Executivo alienar "os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pelos terrenos de forma irregular, medindo 36.40 metros de frente para a rua Emiliano Pernetta, fazendo esquina com a rua Desembargador Westphalen, onde medem 49.00 metros, com a área total de 1.169,00 metros quadrados, aproximadamente, nesta Capital, Pr., contendo dois prédios em alvenaria de tijolos, de construção antiga, adquiridos conforme transcrições n.ºs. de ordem 14.044, 14.045 e 14.165, do Livro "3-J", de transcrições das Transmissões, da 5.ª Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital, Pr."

2. Respaldo pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo iniciativa para alienação de bens integrantes do patrimônio Público e sendo evidente que a alienação do imóvel retro descrito consulta aos superiores interesses da Administração, conforme esclarecido na bem articulada Mensagem Governamental n.º 33-73, não vê esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporá, Joaquim Távora e Antonina, tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura com específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 82-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado doar: ao Município de Amaporá, dois tratores de pneus, marca John Deere, modelo 730, série 7325946 e 7325947 ao Município de Joaquim Távora, dois (2) tratores de esteira, marca International, modelo TD 6, série 1279 e 1280, um (1) trator de pneus, marca John Deere, modelo 730, série 7325950 e um (1) trator de pneus, marca Allis Chalmers, modelo D 14, série 23905; ao Município de Antonina, três (3) tratores de esteira, marca International, modelo TD 6, série 1042, 1044 e 1048, um (1) trator de pneus, marca John Deere, modelo 730, série 7325964 e dois (2) tratores de pneus, marca Allis Chalmers, modelo D 14, série 23982 e 23961, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1973

Dep. Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente plano de lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, colocados à disposição da Café do Paraná, no início de 1962. A Café do Paraná considerando que os tratores, pelas horas trabalhadas e pelos anos de uso, já haviam ultrapassado o período de vida útil, tornando-se anti-econômicos para a Empresa, os devolveu à Secretaria da Agricultura, em fins de 1972.

Os tratores encontram-se, atualmente, localizados no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços da Secretaria da Agricultura, mas poderão ser de utilidade para os Municípios aos quais se propõe a doação.

Com a efetivação da doação estará o Estado, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, também incentivando os setores ligados a essa Pasta, pois os Municípios poderão recuperar os tratores e utilizá-los em benefício dos municípios que se dedicam à agropecuária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 82-73

Para fins de parecer, vem a esta Comissão o presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo

a doar aos Municípios de Amaporá, Joaquim Távora e Antonina vários implementos agrícolas que especifica.

Corão se trata de mera autorização Legislativa, a Proposição está em condições de ser aprovada.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Sebastião Rodrigues — (Assinaturas ilegíveis) — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 82-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Borsari Netto, autorizar o Poder Executivo a doar: ao Município de Amaporá, dois tratores marca "John Deere", modelo 730, série 7325946 e 7325947; ao Município de Joaquim Távora, dois tratores, marca "International", modelo TD-6, série 1279 e 1280, um trator marca "John Deere", modelo 730, série 7325950 e um trator, marca "Allis Chalmers", modelo D-14, série 23905; ao Município de Antonina, três tratores, marca "International", modelo TD-6, série 1042, 1044 e 1048, um trator marca "John Deere" modelo 730, série 7325964 e dois tratores, marca "Allis Chalmers", modelo D-14, série 23982 e 23961, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Sobre o aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe anteponha, daí nos manifestarmos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de 08 de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 114-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo doar tratores, como especifica.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado doar ao Município de Santo Antônio da Platina, 3 (três) tratores de pneus, marca Allis Chalmers, modelo D 14, série 23.904, 23.983 e 23.986, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de junho de 1973

Dep. Francisco Borsari Netto

JUSTIFICATIVA

Os tratores, objeto do presente Plano de Lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, colocados à disposição da Café do Paraná, no início de 1962. A Café do Paraná considerando que os tratores, pelas horas trabalhadas e pelos anos de uso, já haviam ultrapassado o período de vida útil, tornando-se anti-econômicos para a Empresa, os devolveu à Secretaria da Agricultura, em fins de 1972.

Os tratores encontram-se, atualmente, localizados no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços da Secretaria da Agricultura, mas poderão ser de utilidade para o Município ao qual se propõe a doação.

Com a efetivação da doação estará o Estado, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, também incentivando os setores ligados a essa Pasta, pois o Município poderá recuperar os tratores e utilizá-los em benefício dos municípios que se dedicam à agropecuária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 114-73

AUTOR: Deputado Francisco Borsari Netto

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo doar tratores como especifica.

PARECER

O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Borsari Netto, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio da Platina, 3 (três) tratores de pneus, marca Allis Chalmers modelo D 14, série 23.904, 23.983 e 23.986, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Os referidos tratores encontram-se, atualmente, localizados no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços da Secretaria de Agricultura, mas, segundo o autor da Proposição, poderão ser de utilidade para o Município ao qual se propõe a doação.

Medida meramente autorizatória ao Poder Executivo, não havendo por conseguinte, qualquer impedimento que se lhe anteponha.

Pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — (Ass. ilegível) — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 114-73

1 — Tem por objetivo o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Borsari Netto, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio da Platina, 3 (três) tratores, marca "Allis Chalmers", modelo D-14, série 23904, 23983 e 23986, pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

2 — Referida proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de 08 de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — (Ass. ilegível) — Relatores

A iniciativa é louvável e é daquelas poucas que não fogem à competência constitucional desta Casa.

Pela aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Ivo Tomazoni

Ovidio Franzoni

Nelson Buffara

Quielise C. da Silva

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida 7 de Setembro esquina com Desembargador Westphalen nesta Capital, com área de 5.268,00 metros quadrados atualmente ocupada por edificações da referida escola. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 133-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, Órgão da Rede Federal de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Avenida 7 de Setembro, onde mede 70,10 metros, fazendo esquina com a rua Desembargador Westphalen, onde mede 75,00 metros, com a área total de 5.268,00 metros quadrados, atualmente ocupado por edificações da referida Escola, o qual foi adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de compra e venda, conforme transcrição n.º de Ordem 1.139 do livro 3 da 1.a Circunscrição desta Capital.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado somente para Estabelecimento de Ensino.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 6.332 de 27 de outubro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de junho de 1973

a) — Dep. Francisco Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A objetivada doação à Escola Técnica Federal do Paraná, já havia sido autorizada pela Lei Estadual n.º 6.332, de 27 de outubro de 1972, contudo, conforme manifestação expedida pelos órgãos federais competentes, deverá, ocorrer o advento de nova Lei, a fim de que a questionada doação seja feita diretamente a referida Escola Técnica Federal do Paraná, Autarquia Federal, e não através do Patrimônio da União como fora disposto na Lei anterior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 133-73

PARECER

1.) Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Borsari Netto, autorizar o Poder Executivo a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida 7 de Setembro, medindo 70-10 metros, esquina com a rua Desembargador Westphalen, medindo 75,00 metros, atualmente ocupado por edificações da referida Escola, o qual foi adquirido pelo Estado, por escritura pública de compra e venda, conforme transcrição n.º 1.139, do Livro 3, da 1.a Circunscrição da Comarca de Curitiba, bem como a revogação da Lei n.º 6.332, de 27-10-72 e dá outras providências.

2.) O nobre Deputado Francisco Borsari Netto, na justificação, alega que a doação fôra feita, anteriormente, pelo Estado do Paraná, através da Lei n.º 6.332, de 27-10-72, ao Patrimônio da União, cópia inclusa ao processo, o que a mencionada doação deverá ser feita diretamente à supra citada Escola, e não àquele órgão da União.

3.) Assim sendo, nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Igo Losso

Quielise C. da Silva

Antônio Lopes Júnior

Sebastião Rodrigues Júnior e

Wilson Fortes

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 133-73

PARECER

1.) O presente Plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Borsari Netto, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida 7 de Setembro, medindo 70,10 metros atualmente ocupado por edificações da referida Escola, o qual foi adquirido pelo Estado, por escritura pública de compra e venda, conforme transcrição n.º 1139, do Livro 3, da 1.a Circunscrição da Comarca de Curitiba, bem como a revogação da Lei n.º 6.332, de 27-10-72 e dá outras providências.

2.) Quanto ao mérito que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual somos favoravelmente à aprovação do Projeto ora proposto.

É o parecer.

Erondy Silvério — Relator

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1973

aa) — Domício Scaramella — Presidente

Iris Caldart — Relator

Marciano Baraniuk

Álvaro Dias

Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Rua Marechal Floriano, esquina com a Rua 7 de Setembro, nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

LEI N.º 6332

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar à União, o imóvel sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio da Escola Técnica Federal do Paraná, e dá outras providências.

DATA: 27 de outubro de 1972.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União o imóvel sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio da Escola Técnica Federal do Paraná, confrontando-se com a referida Avenida por 79,18 m. com a rua Desembargador Westphalen por 75,10 m. pelo lateral direito com imóvel do Estado do Paraná e da União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 35,00 m. 20,50 m. respectivamente e nos fundos com imóvel da União por uma linha reta seca de 102,00 m. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 1.139, do Livro do Cartório de Registro de Imóveis da 1.a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado pela União, na instalação de Estabelecimento de Ensino.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 27 de outubro de 1972.

(aa) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Osiris Stenghel Guimarães

Secretário de Viação e Obras Públicas

(Publicada no Diário Oficial n.º 169, de 1.º-11-1972).

PROJETO DE LEI N.º 135-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

SÚMULA: Autoriza a doação à Escola Técnica Federal do Paraná, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Marechal Floriano, esquina com a rua 7 de Setembro, nesta Capital.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, órgão da Rede Federal de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com 22,60 metros de frente para a rua Marechal Floriano Peixoto, por 56,36 metros de frente para a rua 7 de Setembro, contendo um prédio de alvenaria e mais o terreno anexo com 28,00 metros de frente para a rua 7 de Setembro, por 75,00 metros de extensão de fundos, contendo diversas benfeitorias, o qual foi adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de compra e venda, transcrita sob n.º de ordem 16808 do Livro 3.º I de transcrições do Registro de Imóveis da 1.a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da presente Lei, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 6.331 de 27 de outubro de 1972.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1973

a) — Francisco Borsari Netto

JUSTIFICATIVA

A objetividade da doação à Escola Técnica Federal do Paraná, já havia sido autorizada pela Lei Estadual n.º 6.331, de 27 de outubro de 1972, contudo, conforme manifestação expedida pelos órgãos federais competentes, deverá ocorrer o advento de nova Lei, a fim de que a questionada doação seja feita diretamente a referida Escola Técnica Federal do Paraná (Autarquia Federal), e não através do Patrimônio da União como fora disposto na Lei anterior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 135-73

1 — Pretende o nobre autor Deputado Francisco Borsari Netto, com o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, órgão da Rede de Ensino Federal do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com 22,60 metros de frente para a rua Marechal Floriano Peixoto, por 56,36 metros para a rua 7 de Setembro, contendo um prédio de alvenaria e mais o terreno anexo com 28,00 metros de frente para a rua 7 de Setembro, por 75,00 metros de fundos, contendo diversas benfeitorias, o qual foi adquirido pelo Estado, por escritura pública de compra e venda, transcrita sob n.º 16.808, do Livro 3.º — I, de transcrições do Registro da 1.a Circunscrição da Comarca de Curitiba, bem como a revogação da Lei n.º 6.331, de 27-10-72 e dá outras providências.

2 — O ilustre autor, na justificação, refere que a doação fôra feita, anteriormente, ao Patrimônio da União, pelo Estado do Paraná, através da Lei n.º 6.331, de 27 de outubro de 1972, cópia anexa ao processo, e que a questionada doação deverá ser feita diretamente à Escola Técnica Federal do Paraná, e não àquele órgão Federal.

3 — Assim sendo, não vemos qualquer óbice tanto de ordem legal ou constitucional à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Assinaturas ilegíveis)

LEI N.º 6331

SÚMULA: Autoriza a doação à União, de um imóvel sito à confluência da Avenida 7 de Setembro com a Rua Marechal Floriano Peixoto, em Curitiba.

DATA: 27 de outubro de 1972

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, confrontando-se com a referida Avenida por 74,50 m, com a rua Marechal Floriano Peixoto por 22,47 m. pelo lateral esquerdo com imóvel do Estado do Paraná ocupado pela União, por uma linha reta seca de 40,00 m e nos fundos com imóvel da União e do Estado do Paraná ocupado pela União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 55,00 m. 17,00 m. e 20,50 m. respectivamente.

mente. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 16.808, fls. 69 da Livro 3-1, do Cartório do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo de dois anos, contados da data da publicação da presente Lei, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 27 de outubro de 1972.

(aa) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Osiris Stenghel Guimarães

Secretário de Viação e Obras Públicas

(Publicada no Diário Oficial n.º 169, de 1.º-11-1972)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 135-73

1 — Pretende o Nobre autor Deputado Francisco Borsari Netto, com o presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a doar à Escola Técnica Federal do Paraná, órgão da Rede de Ensino Federal do Ministério da Educação e Cultura, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com 22,60 metros de frente para a rua Marechal Floriano Peixoto, por 56,36 metros para a rua 7 de Setembro, contendo um prédio de alvenaria e mais o terreno anexo com 28,00 metros de frente para a rua 7 de Setembro, por 75,00 metros de fundos, contendo diversas benfeitorias, o qual foi adquirido pelo Estado, por escritura pública de compra e venda, transcrita sob n.º 16.808, do Livro 3.º — I, de transcrições do Registro da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba. Pretende ainda o projeto a revogação da Lei n.º 6.331, de 27-10-72, que dispõe sobre a doação do mesmo imóvel à União.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — As razões apresentadas pelo ilustre autor estão a demonstrar o acerto da medida preconizada, razão porque, quanto ao mérito, nos manifestamos pela APROVAÇÃO do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1973.

aa) Ass. ilegível) — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Arizone Araújo e João Fadel, para integrarem a Comissão que se entrevistará com o Sr. Governador do Estado, a fim de tratar de problema pertinente à Mensagem que propõe o aumento do funcionalismo público estadual. — Deferida a indicação.

Requerimento de autoria ods Srs. Deputados Maurício Fruet e Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olga Muggiati de Abreu, ocorrido nesta Capital. — Em votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, a louvável iniciativa do Sr. Deputado Maurício Fruet, Líder da Bancada do MDB em pretender registrar nos Anais da Casa, na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo desaparecimento prematuro da Sra. Olga Muggiati de Abreu, ocorrido hoje, nesta Capital, faz com que este Deputado pretenda, Sr. Presidente, que se transforme este Requerimento como se fora da totalidade dos membros deste Poder.

Quero crer que a ausência do Sr. Líder da ARENA, me autoriza em seu nome, solicitar de V. Exa. a transformação deste Requerimento como se fora da autoria da totalidade dos Srs. Deputados Estaduais, mesmo porque a desaparecida é irmã do Sr. Deputado Muggiati Filho, Deputado que nós temos a honra de privar da sua amizade e, no convívio com S. Exa. nesta Casa, temos tido dele todas as demonstrações de aplauso, de carinho e de amizade e de companheirismo. Razão pela qual, Sr. Presidente, solicito de V. Exa. transforme o presente Requerimento como se também fora da Bancada da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. IRIS CALDART — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, nada mais do que louvar a atitude do Governo, do Líder do Governo nesta Casa e, em nome da Bancada, concordamos plenamente que se transforme esse Requerimento como de toda a Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa submeterá à votação do Plenário a proposição feita pelo Nobre Deputado Ivo Tomazoni, Líder do Governo. Em votação. Aprovado. Nestas condições, o Requerimento fica sendo de autoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Francisco de Mattos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Olivar Sachet, ocorrido em Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nilza Maria, ocorrido em Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Zanotto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, visando sejam tomadas providências sobre as irregularidades no recolhimento do I.C.M. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando sua designação, como Presidente da Comissão de Saúde Pública desta Casa, para participar do Congresso de Hospitais do Estado, a realizar-se nos dias 1.º e 2 do vindouro mês de setembro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada cópia da oração proferida pelo Sr.

Deputado João Fadel, na Sessão realizada em data de 24 do mês em curso, ao Sr. General Ayrton Pereira Tourinho, Digníssimo Comandante da 5.ª Região Militar e ao Sr. Governador do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à Sociedade Árabe Brasileira Beneficente, em virtude de estar sendo comemorado 25 anos de atividades. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, apelo em nome da comunidade paranaense, para que determine a urgente ampliação da Delegacia de Entorpecentes na Capital, e leve ao Interior do Estado, organizações policiais especializadas no combate ao tráfico e consumo de drogas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Pauta da Sessão de amanhã desta Casa, do Projeto de Lei, originário de Mensagem Governamental que propõe o aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando prorrogação de mais vinte dias para a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada para apurar possíveis anomalias nos procedimentos de licitação realizada pelo Funrestam. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 49-72 e de Lei n.ºs. 133-72, 9-73, 48-73, 32-73 e 114-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 288-71, 72-73, 133-73 e 135-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 628-66, 273-67, 12-68, 451-68 e 139-73.

A Presidência anuncia ainda, a Ordem do Dia para a Sessão Ordinária de sexta-feira, dia 31, às 10,00 horas, que é a seguinte

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs.: 17-73, 18-73, 24-73, 31-73, 32-73;

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 26-70, 195-71, 108-72, 35-73, 101-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 202-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.762, de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar a funcionária Fádua Ferreira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Wilson Brandão.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 203-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.171, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o funcionário Alone Menegolo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Brandão.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lido e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes Processos: PROJETO DE LEI N.º 264-68 — de autoria do Deputado Jacinto Simão, que declara de utilidade pública o Rotary Club, da cidade de Rio Negro. PROJETO DE LEI N.º 26-70 — de autoria do Deputado João Mansur, que veda as Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo participação de seus diretores nos lucros que porventura venha a produzir. PROJETO DE LEI N.º 195-71 — de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 108-72 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um curso de Jornalismo. PROJETO DE LEI N.º 35-73 — de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que proíbe a aquisição de veículos da categoria LUXO, para o Serviço Público Geral do Estado e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 101-73 — de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concursos, o funcionário público estadual que, houver realizado com aperfeiçoamento cursos que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 18-73, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança e os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis Cianorte e Seretanópolis, visando fornecimento de equipamento às Delegacias de Polícia locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18-73 — de autoria da Comissão de Cons-

tituição e Justiça — ex-Proposição n.º 19-73 que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança e os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimentos de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição 76-73, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando implantação do complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos referidos Municípios. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 77-73, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-73 — ex-Proposição n.º 102-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança e a Prefeitura de Xambê, visando fornecer equipamentos para a Delegacia local e a manutenção dos mesmos. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo, Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Lélcio G. Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 264-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club da cidade de Rio Negro.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

IRIS CALDART — Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 26-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. É vedado às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, quer diretamente, quer através de seus órgãos, fundações, autarquias ou outras sociedades de economia mista incluir em seus estatutos dispositivos prevendo a participação de seus diretores, a qualquer título, nos lucros que porventura produzirem.

Art. 2.º. Os proventos totais pagos a qualquer título a diretores de Sociedade de Economia Mista não poderão ser superiores, em nenhuma hipótese, aos que forem atribuídos aos Secretários de Estado.

Art. 3.º. As Companhias de Economia Mista, de cujos estatutos constarem dispositivos prevendo a participação de seus diretores nos lucros que eventualmente produzirem, deverão alterar seus estatutos, excluindo os dispositivos sobre a participação de diretores em seus lucros, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação da presente Lei.

Parágrafo único. As disposições acima aplicam-se, por igual, às Companhias de Economia Mista de natureza municipal, que tenham o Município como seu maior acionista.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

IRIS CALDART — Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 195-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 108-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através a Secretaria de Educação e Cultura, a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um curso de Jornalismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 35-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica proibida a aquisição de veículos da categoria "luxo", para o serviço público em geral do Estado.

Art. 2.º — Os veículos de propriedade das entidades da administração pública indireta, de que o Estado participe com a maioria acionária, ficam abrangidos pela proibição do artigo anterior, e deverão identificar-se por meio de inscrições indicativas das entidades a que pertencem.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 101-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O funcionário público estadual, que houver realizado com aproveitamento, curso técnico, científico ou de aproveitamento administrativo, por iniciativa da administração pública estadual e custeado pelo Estado, que esteja desviado para função correlacionada ao curso, por mais de 2 (dois) anos, contados da data da publicação e que não tenha sido realizado concurso público neste período, será automaticamente enquadrado no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma independente de vagas ou concurso.

§ 1.º — O Estado ao instituir cursos técnicos, científicos ou de aperfeiçoamento administrativo, obrigatoriamente fará a prévia divulgação de número de vagas existentes nas séries de classes em que o funcionário poderá ser enquadrado em razão da especialização que realizar.

§ 2.º — Os servidores públicos estaduais que tenham sido reprovados em concursos públicos, tudo nos ditames desta Lei, não gozarão do benefício, para a série de classe e concurso referente a sua reprovação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãozinho, objetivando o estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Marilena, em 4 de dezembro de 1972, de Lobato, em 20 de dezembro de 1972, de Cidade Gaúcha, em 27 de dezembro de 1972, de Alvorada do Sul, em 8 de janeiro de 1973 e de Marechal Cândido Rondon, em 29 de novembro de 1972, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam retificados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART e ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relatores

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
ATA DA 5a. REUNIÃO ORDINÁRIA
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e treis, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Aryzone M. de Araujo, Ovidio Franzoni, Wilson Brandão, Mauricio Fruet e Xenofonte Villanueva. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte

Projeto de Lei: PROJETO DE LEI N.º 72-73, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato — Denomina "Sanatório Noel Nutels", o atual Sanatório de tuberculosos da cidade de Londrina. Relator: Deputado Aryzone M. de Araujo, Presidente, que avocou o Projeto. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza C. Camargo, Secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa Deputado Aryzone Mendes de Araujo — Presidente
Elza Carneiro Camargo — Secretária